

A escola e o empresariamento do sujeito

José Vicente de Souza Aguiar ¹

RESUMO

A obra *Nacimiento de la biopolítica*, de Michel Foucault, serve de inspiração para este artigo, cujo objetivo é discutir algumas relações entre neoliberalismo e processos educacionais. Por meio de consultas a alguns *sítios* de instituições empresariais, educacionais e públicas, pretende-se analisar como estes colaboram para a formação de um determinado tipo de conduta das crianças e dos jovens escolarizados. Observa-se em especial que são incentivadas condutas predispostas ao processo de concorrência no âmbito da vida escolar e nos exames para o acesso a certo tipo e nível de ensino ofertado em instituições acadêmicas.

Palavras-chave: capital humano, neoliberalismo, análise cultural

School and the subject's entrepreneurship abstract

ABSTRACT

The work *The Birth of Biopolitics* by Michel Foucault is the theoretical basis of this article, whose purpose is to discuss some relations between neoliberalism and educational processes. By consulting a few websites of commercial, educational and public institutions, I intend to analyze how these work together to form a particular type of conduct of children and young people in education. It is possible to conclude that these websites encourage processes of competition within school life and through exams in order to achieve a certain type and level of education that is offered in academic institutions.

Keywords: human capital, neoliberalism, cultural analysis

INTRODUÇÃO

Este texto visa produzir um entendimento acerca das discussões produzidas por Michel Foucault sobre o neoliberalismo a partir da obra *Nacimiento de la biopolítica* e sua relação com a educação. Realizado a partir do estabelecimento de estudos entre o neoliberalismo e o processo educacional feito por meio de consultas a alguns *sítios* de instituições empresariais, educacionais e públicas que oferecem informações sobre as ações desenvolvidas com vistas à formação de um determinado tipo de conduta das crianças e dos jovens que frequentam alguns estabelecimentos de ensino.

¹ Professor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: vicenteaguiar@ig.com.br.

Visa também construir um entendimento de como são desenvolvidos alguns procedimentos tecnológicos utilizados para estimular a formação de um tipo de conduta escolar predisposta ao processo de concorrência no âmbito da vida escolar e nos exames para o acesso a certo tipo e nível de ensino ofertado em instituições acadêmicas, que pretendem oferecer formação educacional voltada para o mercado de trabalho, principalmente aos destinados àqueles desejados pelo sistema produtivo. A análise realizada pretende ser tensionada pela categoria do capital humano, que tem como finalidade entender o ingresso na educação formal como possibilidade de acesso a outras melhores situações de vida de famílias com baixo índice de escolaridade, vivendo em condições de risco social.

Além dos propósitos mencionados, pretende-se apresentar uma discussão que possa fazer um paralelo entre a formação dos jovens voltada para o mercado de trabalho, na perspectiva do empresário de si, e a educação pensada numa perspectiva que descentra sua finalidade da formação com propósito da empregabilidade, do atendimento a demanda de mercado. Isto é, de um tipo de educação que possa ser pensada a partir de outras dimensões, centrada em outros tipos de aprendizagens sugeridas pelos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem. Em algo que não “existe”, mas que pode ser inventado a partir dos estímulos dos sujeitos envolvidos com a educação. Em uma experiência como exercício de inventividade dos sujeitos que possam produzir, mesmo num estado de tensão, de disputa, de luta, outros meios para produção de suas subjetivações, sem necessariamente ser disciplinados pelas estáticas dos sistemáticos instrumentos de medição da aprendizagem.

O SUJEITO EMPRESÁRIO DE SI

A análise do sujeito empresário de si consiste numa experiência de escrita que visa construir um entendimento sobre o sujeito na relação entre o neoliberalismo e a educação na atualidade, sobretudo, a partir da correlação entre os pressupostos neoliberais e as ações dirigidas à educação. Tomamos como referência para análise as discussões realizadas pelo autor de *Nacimiento de la biopolítica* e as ações dirigidas ou evidenciadas para a formação do sujeito escolar, que tem como perspectiva promover um tipo de subjetivação do corpo e da alma, visando constituí-lo predisposto à concorrência, à competição. Essas iniciativas ocorrem com vistas à obtenção da formação do *homo oeconomicus*, do sujeito de interesse, produtivo segundo orientação do mercado.

Na perspectiva neoliberal norte americana, a sociedade (a educação, a saúde, a delinquência...) seriam administradas segundo as diretrizes da economia, visando alcançar um determinado índice de produtividade. A vida, instruída na dimensão de mercado, tem como parâmetro a *concorrência* estabelecida em todos os momentos das relações sociais. Seja entre as crianças, seja entre os adultos ou envolvendo outros aspectos das relações entre os sujeitos. Cabe destacar que, para estimular essa dimensão da vida no plano da concorrência entre os sujeitos, foram e são criados dispositivos responsáveis em estimular esses atos; para medir seus avanços na formação da conduta do indivíduo; para agir sobre o sujeito de modo que o desperte para o jogo da disputa, cuja finalidade consistiria em proporcionar a criação de um tipo de disposição no corpo e na alma que o estimule ao processo de disputa e de concorrência.

A EDUCAÇÃO E OS DISPOSITIVOS QUE ESTIMULAM A CONCORRÊNCIA ENTRE OS SUJEITOS

Para os neoliberais, a “essência” do mercado não está na troca, pelo contrário, está na concorrência. “Praticamente a teoria liberal, admite quase em todas as partes, desde fins do século XIX, que o essencial do mercado é a *concorrência*: então já não é a *equivalência*, senão, ao contrário, a *desigualdade*” (FOUCAULT, 2008, p. 151). Portanto, somente a concorrência pode assegurar a racionalidade econômica, cujo desdobramento ocorrerá com a emergência da ideia da teoria da competição pura. Em que os economistas liberais, no século XVIII, pediam proteção do Estado para a produção, proteção para a propriedade individual do que se produz e para resguardar a propriedade individual destinada à produção. “Mas o mercado, por sua parte, devia ser de certo modo, um lugar aberto e livre” (FOUCAULT, 2008, p. 151).

A intervenção do Estado no mercado deveria ocorrer no sentido de impedir que a concorrência fosse alterada pelo monopólio. O que não se tratava, de modo algum, de um jogo formal entre desigualdades, pois a concorrência pura não é um dado primitivo, mas uma invenção do mercado e, de certo modo, regulada pelas ações do Estado, de forma que os sujeitos sejam mantidos ativados e em disputas entre si pela concorrência (FOUCAULT, 2008). Neste sentido, poder-se-ia pensar na ideia da concorrência como um dispositivo que aciona os corpos para um tipo de disposição, em que a vida possa ser construída em constantes processos de competição entre os sujeitos.

Resta, portanto, pensar nos instrumentos de medição estabelecidos na atualidade e que incidem sobre os corpos dos sujeitos nos processos de

escolarização. Os exames conhecidos como Exame Nacional do Ensino Médio - Enem²; Processo Seletivo Contínuo - PSC³ e os exames para o ingresso nos cursos de educação profissional de nível técnico das escolas técnicas profissionalizantes federais⁴ podem ser entendidos como dispositivos que atuam na seleção dos sujeitos por meio do critério de concorrência. Nesses casos mencionados, a seleção permanece norteando os processos de ingresso no ensino, tanto no ensino profissionalizante de nível técnico quanto no nível superior, porém com mudanças no critério de inscrição, de forma a repercutir, “possivelmente”, na concorrência entre os pretendentes às vagas. Esses processos de seleção podem ser entendidos como mecanismos, como tecnologias que, além de selecionar⁵ os alunos considerados desejados pelas supostas competências, atuam como instrumentos para estimular a formação de uma conduta de concorrência entre os indivíduos, visto que atuam no plano da formação de um tipo de comportamento no sujeito, com vistas ao estímulo pela competição entre os jovens, principalmente entre aqueles envolvidos com as atividades escolares.

² O principal objetivo do Enem é avaliar o desempenho do aluno ao término da escolaridade básica, para aferir desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício pleno da cidadania. [...] o Exame foi pensado também como modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso aos cursos profissionalizantes pós-médio e ao ensino superior. O Enem busca, ainda, oferecer uma referência para auto-avaliação com vistas a auxiliar nas escolhas futuras dos cidadãos, tanto com relação à continuidade dos estudos quanto à sua inclusão no mundo do trabalho. A avaliação pode servir como complemento do currículo para a seleção de emprego. Disponível em: <http://www.enem.inep.gov.br>. Acesso em 25 de novembro de 2008.

³ O PSC é a forma de ingresso na Universidade Federal do Amazonas - UFAM. A seleção é feita em uma avaliação seriada e contínua nas três séries do ensino médio. Quarenta por cento das vagas dos cursos da UFAM são reservadas para o PSC, sem caráter adicional, que serão preenchidas pelos candidatos selecionados, os quais ingressarão, assim, sem necessidade de vestibular. Disponível em: http://comvest.ufam.edu.br/psc_1.htm. Acesso em 24 de novembro de 2008.

⁴ Segundo as Disposições Gerais a ocupação das vagas dar-se-á em dois sistemas de ingresso: a) por Acesso Universal, b) por Acesso Universal e Reserva de Vagas; os exames seguem critérios que institui o Programa de Ações Afirmativas, através de ingresso por Reserva de Vagas para acesso a todos os cursos técnicos da UFRGS, para o Exame de Seleção 2009/1. Todo candidato estará concorrendo por Acesso Universal. O candidato que desejar concorrer também às vagas do sistema de ingresso por Reserva de Vagas, deverá assinalar sua opção no ato da inscrição ao Exame de Seleção 2009/1. Neste caso, o candidato deverá assinalar uma das duas opções: a) candidato egresso do ensino público ou b) candidato egresso do ensino público e autodeclarado negro. Disponível em: <http://www.escolatecnica.ufrgs.br>, acesso em 24 de novembro de 2008.

⁵ Caberia aqui a elaboração de um entendimento em que o processo de seleção atua na sua forma inversa, como um mecanismo de exclusão, pois para selecionar cria critério para promover a eliminação dos sujeitos. Atribuindo aos não selecionados a responsabilidade pelos seus fracassos, ou seja, a culpa, a deficiência. A chamada falta de competência do sujeito reprovado fica do lado daquele que não foi aprovado e não do lado da técnica e dos critérios elaborados para excluir os sujeitos.

O sujeito submetido a esse processo torna-se propenso a uma conduta dirigida à disputa, à competição, à concorrência entre todos. Logo, suas ações seguem um tipo de planejamento com vistas a sua instrumentalização para a conquista de seu ingresso, de seu espaço nessa disputa. Quem são os aprovados nesse processo promovido por este instrumento de medição das condutas? São os chamados “melhores” enquanto sujeitos constituídos por princípios de justiça, de virtude, dedicado ao bem? Ou aqueles que tiveram seus comportamentos ajustados à ideia de que deveriam estar técnica e eficientemente preparados à concorrência? Obviamente que as perguntas possuem o propósito de nos fazer pensar.

Esse instrumento de medição no processo educacional foi também utilizado com a finalidade de instruir um novo tipo de conduta dos professores, baseado num suposto processo produtivo do magistério. Atribuindo a noção de que ele merece ser avaliado pelo seu mérito, que consiste em preparar os alunos para serem aprovados nos exames sugeridos para medir seu nível de aprendizagem. Como recompensa ou estímulo a chamada mudança de comportamento do professor, agora considerados produtivos, receberão um prêmio, na forma de adicional salarial. Este sistema foi adotado no governo do Rio Grande do Sul, conforme LEI Nº 11.126, DE 09 DE FEVEREIRO DE 1998 (atualizada até a Lei nº 12.883, de 03 de janeiro de 2008), que implantou o Plano de Desenvolvimento e Valorização do Ensino Público Estadual⁶. Porém, esse procedimento não é uma iniciativa isolada desse Estado, tampouco corresponde apenas à educação básica.

EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DO *HOMO ECONOMICUS*

O pensamento neoliberal não se limitou a pensar a economia enquanto processo de intercâmbio de mercadorias, mas como uma ação sobre a conduta do sujeito, de modo a transformá-lo naquilo que essa forma de pensar considera como econômico. Ou seja, não procura submeter a sociedade ao efeito da mercadoria, mas sim em subjugá-la à dinâmica competitiva. Por isso, para Foucault, “Não é uma sociedade de supermercado: uma sociedade empresa. O *homo oeconomicus* que se pretende reconstituir não é o homem da

⁶ DO PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DA PRODUTIVIDADE DOCENTE Art. 26 - Fica instituído o Programa de Avaliação da Produtividade Docente, para todos os titulares de cargos de provimento efetivo de Professor do Magistério Público Estadual, independentemente do Plano de Carreira e do Quadro que integrarem, visando ao desenvolvimento do ensino público estadual e à valorização do Magistério. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/LegisComp/Arquivos/Lei%20n%C2%BA%2011.126.pdf>. Acesso em 24 de nov. de 2008.

troca, não é o homem consumidor, é o homem da empresa e da produção” (2008, p. 182).

Mas, os elementos constituintes do homem da empresa e da produção estão evidenciados? Quais as disposições que o sujeito precisa possuir ou que deve se submeter para adquirir a característica do *homo oeconomicus*? Foucault vai buscar essa forma de ser do *homo oeconomicus* no pensamento dos neoliberais que aplicaram as análises neoliberais dos processos econômicos às análises da racionalidade interna do comportamento humano, de forma a construir o entendimento de que o *homo oeconomicus*, como empresário de si mesmo, necessita ser localizado na possibilidade que cada sujeito possui para absorver a ideia de que sua vida pode seguir uma dimensão de empresariamento de si. Daí o entendimento de que o empresário de si corresponde àquela conduta *suscetível* de deslocamentos, de mudanças, de ajustes de modo a incorporar a sua rotina às racionalidades em forma de ações e de medidas que podem ser adotadas numa empresa.

As ações com vistas à constituição do sujeito empreendedor ocorrem por iniciativa de órgãos representativos do setor vinculado às indústrias e às instituições públicas. Isso demonstra que o sujeito da atualidade se constitui numa relação de tensão e de captura no sentido de localizá-lo num estágio, em determinado lugar na sociedade. A disputa pela captura do sujeito da atualidade é realizada também junto ao processo de escolarização, como pode ser visualizada a partir da análise do sítio da Federação da Indústria do Estado do Rio Grande do Sul - FIERGS.

Essa Federação, segundo a notícia do site *Sesi-RS apresenta programa para Departamentos Regionais*, visa apresentar e disseminar para os representantes de 14 Estados da Federação o Programa de Estágio cuja proposta consiste em incentivar a Educação Empreendedora, visando expandir essa ideia por todo o Brasil. Esse programa deve ser desenvolvido junto às empresas industriais e escolas públicas e privadas, tendo como objetivo disseminar a cultura empreendedora para outras regiões do país. O *Programa Educação para Nova Indústria*, lançado nacionalmente pela Confederação Nacional da Indústria, pretende atingir dois gestores por escola, com estimativa de envolver 624 participantes, oriundos de 160 municípios do Estado, e estimando abranger 80 mil alunos e 6 mil professores, segundo o *Programa Consultoria para Educação de Qualidade*, disponibilizado no sítio da FIERGS (2008).

A relação da educação com a ideia da formação para o mercado não se restringe às iniciativas dos órgãos representativos da indústria, pois no sítio do SINEPE – Sindicato da Escola Particular do Rio Grande do Sul – encontra-se no periódico *Educação em Revista*, o artigo *O que os pais procuram na hora de escolher a escola*, com a sugestão de que “[...] as instituições de ensino precisam conhecer as expectativas do mercado e as necessidades das famílias hoje, para aplicar na sua gestão e, conseqüentemente, nas estratégias de comunicação e marketing, voltadas ao seu público-alvo” (Disponível em: <http://www.sinepe-rs.org.br>. Acesso em 14 de janeiro de 2009).

Segundo informação do próprio sítio, essa orientação foi fruto de opiniões de especialistas, das próprias instituições de ensino e dados de uma pesquisa de mercado com cerca de 700 pessoas, responsáveis por alunos de escolas privadas. Isso demonstra que há uma estreita relação entre certos propósitos da educação e as expectativas apresentadas pelo mercado. As coordenadas pedagógicas adotadas nas escolas, principalmente nas que veem na educação uma atividade empresarial, buscam uma relação de sintonia entre o que os alunos devem aprender e a aplicação direta dessa aprendizagem na sua inserção no mercado de trabalho. Essa revista também revela que as orientações de muitos estabelecimentos de ensino seguem as perspectivas dos responsáveis pelos alunos, que buscam nessas escolas respostas às suas demandas pela educação, enquanto preparação para o mercado de trabalho.

A busca de resultados, por meio do acesso a educação, segue uma orientação mais pragmática, com destaque à aquisição de certas habilidades valorizadas no âmbito do plano da utilidade de mercado. A educação, vinculada a esse universo da utilidade empresarial, atua mais no plano de cumprir com os propósitos almejados pela clientela para a qual está respondendo, enquanto instituição responsável em atender as expectativas dos responsáveis pelos alunos. Porém, essa aspiração de que a educação necessite responder pela formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho não é apenas refletida pelos estabelecimentos de ensino, mas também por cientistas como Eunice Durham, antropóloga, Ex-secretária de Política Educacional do Ministério da Educação (MEC) no governo Fernando Henrique, a qual afirma que:

[...] os cursos técnicos de ensino superior, ainda desconhecidos da maioria dos brasileiros, formam gente mais capacitada para o *mercado de trabalho* do que uma faculdade particular de ensino ruim. Esses cursos são mais curtos e menos pretensiosos, mas conseguem algo que muita universidade não faz: preparar para o

mercado de trabalho. É estranho como, no meio acadêmico, uma formação voltada para *as necessidades das empresas* ainda soa como pecado. As universidades dizem, sem nenhum constrangimento, preferir "formar cidadãos". Cabe perguntar: o que o cidadão vai fazer da vida se ele não puder se inserir no mercado de trabalho? (grifos meus) Disponível em: FÁBRICA DE MAUS PROFESSORES. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/261108/entrevista.shtml>. Acesso em 14 de janeiro de 2009.

Essa disposição em relacionar ou atribuir à educação a responsabilidade de preparar, de instruir, de atuar na formação do aluno com vista a sua preparação para o mercado de trabalho é um dos pensamentos mais evidenciados e difundidos na atualidade. Seria ele a demonstração de que o processo de empresariamento da vida do sujeito corresponde a um movimento que estimula e conduz os desejos na sociedade atual? Fazendo com que crianças e adolescentes sejam submetidos a diversos programas de treinamentos do corpo e da alma, que tem por finalidade a instrução numa perspectiva de alcançar um objetivo pragmático estabelecido e imposto pelo mercado? E as áreas de conhecimentos que não possuem valor de mercado desaparecerão ou serão estigmatizadas?

O pensamento, ao que tudo indica, defendido pela política neoliberal, visa à multiplicação da forma de empresa dentro do corpo social. “Se trata de fazer do mercado, da concorrência e, por conseguinte, da empresa, o que poderíamos chamar de *poder informante da sociedade*” (FOUCAULT, 2008, p.186). O sujeito econômico foi denominado por Foucault de “[...] uma maneira de comportar-se no campo econômico – na forma de concorrência sob a base de planos e projetos, com objetivos, táticas, etc.” (2008, p. 211).

Nesse modelo de sociedade empresa, deve haver a renúncia da política de pleno emprego, entretanto cabe ao Estado a criação do imposto negativo. O que visa o imposto negativo? “Visa atenuar os efeitos da pobreza, e somente eles. [...] É dizer que o imposto negativo de nenhum modo procura ser uma ação que tenha por objetivo modificar tal ou qual causa da pobreza. Nunca atuará no nível das determinações da pobreza; simplesmente no nível dos seus efeitos” (FOUCAULT, 2008, p. 244). Seu efeito não tem como propósito diminuir a distância entre os ingressos mais ricos e os ingressos mais pobres. No imposto negativo, a pobreza é vista como algo que deve ser administrado, como uma infecção causada por corpos que não podem ser removidos e que, por isso, o Estado atuará apenas no plano dos seus efeitos e nunca no sentido de eliminar a causa.

A pobreza, nessa perspectiva neoliberal norte-americana, seria, então, resultado da inaptidão do sujeito para o empresariamento de si, ou seja, um sujeito que não conseguiu ser suficientemente eficaz no seu empreendimento individual. Sujeito que no processo de concorrência foi superado pelos adversários, visto que não apresentou habilidade capaz para permanecer no mercado das concorrências.

A EDUCAÇÃO E O CAPITAL HUMANO

O sujeito empresário de si, cuja subjetividade foi sugerida pelo pensamento neoliberal, encontra na ideia do capital humano o processo de sua constituição. O que, sobretudo, ocorre a partir de ações planejadas na perspectiva empresarial, pois sua formação é decorrente de investimentos dos pais ou dos responsáveis pela sua formação. Isto corresponde, de fato, a extensão da análise econômica a domínios considerados até então como não econômicos (FOUCAULT, 2008).

A formação do capital humano tem como elementos constitutivos os inatos e os adquiridos. Os elementos inatos corresponderiam às ações visando melhorar o capital humano genético; os elementos adquiridos são correspondentes às aquisições de certas qualidades advindas da educação, da saúde e de outros campos que possam oferecer ou agregar novos deslocamentos na conduta do sujeito, de forma que seu desempenho possa conquistar mais eficiência.

Para Schumpeter, o interesse desta análise estava relacionado à ideia de recuperação do problema da inovação social e econômica, voltada para uma nova concepção da política de crescimento (FOUCAULT, 2008). Esse capital humano do sujeito empresário de si foi submetido à lente da economia que, para os neoliberais, consistia na *ciência do comportamento humano*. Portanto, a ciência econômica não estava preocupada com o trabalho em si, mas com o “Trabalho como conduta econômica, como conduta econômica praticada, posta em ação, racionalizada, calculada pela pessoa que trabalha” (FOUCAULT, 2008, p. 261). Daí a ideia do sujeito econômico ativo ser correspondente a um tipo de *conduta predisposta* a mudanças, a novas subjetivações. Ou num processo constante de capitalização, enquanto sujeito suscetível de mudança na sua conduta de forma a ajustar-se às novas necessidades do mercado.

Aqui ocorre a vinculação da ideia de trabalho a um tipo de conduta desejada. O capital cuja renda é um salário passa a ser correspondente a um

“[...] conjunto de fatores físicos, psicológicos, que outorgam a capacidade de ganhar tal ou qual salário, de modo que, visto a partir do trabalhador, o trabalho não é uma mercadoria reduzida por abstração à força de trabalho e ao tempo relativo à produção” (FOUCAULT, 2008, p. 262). O capital assim como o trabalho são vistos como conduta do sujeito, como atitude. Portanto, o trabalhador passa a ser inventado na condição de empresa para si mesmo. Precisa buscar em si as condições que justifiquem seu salário e sua condição de empregabilidade diante do mercado. Essa condição se justifica pela ideia de que “o *homo oeconomicus* é um empresário, um empresário de si mesmo [...] que é seu próprio capital, seu próprio produtor, a fonte de seus ingressos” (FOUCAULT, 2008, p. 264/5).

Essa condição de empresariamento da vida não corresponde a uma qualidade do sujeito adulto apenas. Está presente também no momento da formação do capital humano da criança, que se constitui por meio de medidas calculadas e planejadas para o neoliberalismo. Isso ocorreria, num primeiro momento, na escolha do cônjuge tendo como referência um banco genético que apresente um capital humano elevado, entendidos em termos de elementos inatos e elementos adquiridos (FOUCAULT, 2008). Porém, para Foucault, a seleção genética apresenta problema político e pode ter efeitos racistas. – No entanto, não me parece que esta hipótese esteja totalmente descartada na atualidade, visto as inúmeras possibilidades de invenção do sujeito por meio da intervenção da tecnologia genética na criação do sujeito –. Resta, então, a ideia da constituição do capital humano a partir dos elementos adquiridos. O que não consiste somente em investimentos educativos, pois para os neoliberais:

[...] a constituição de um capital humano é muito mais ampla, muito mais numerosa que a mera aprendizagem escolar ou a simples aprendizagem profissional [...] o tempo que os pais consagram aos seus filhos, além das simples atividades educativas propriamente ditas. Sabe-se perfeitamente que a quantidade de horas passadas por uma mãe de família junto ao seu filho, quando este ainda está no berço, seria mais importante para a constituição de uma idoneidade-máquina ou de um capital humano, em que a criança terá mais capacidade de adaptação, de fato, se seus pais e sua mãe tiverem dedicados maior quantidade de horas [...] (FOUCAULT, 2008, p.270).

Vê-se, então, o conjunto de ações destinadas à formação do capital humano, seu planejamento e sua sistematicidade nas ações de formação desse sujeito. O que evidencia o caráter estritamente planejado da ação sobre a

criança, de forma a estimular a formação do seu capital humano. A família pensada pela lógica da empresa age na dimensão do cálculo de forma a atingir uma meta, pois um “[...] empresário de si mesmo [...] faz uma série de gastos de investimentos para conseguir certas melhorias” (FOUCAULT, 2008, p. 271).

O CAPITAL HUMANO E OS ELEMENTOS DE SUA FORMAÇÃO

O capital humano está relacionado ao conjunto de estímulos culturais vivenciados pela criança de forma a constituir um sujeito de vontade e de desejo. Atuando, sobretudo, na formação de uma conduta empreendedora e com plasticidade, sobretudo. O cuidado com a saúde é entendido como elemento constituinte da formação do capital humano, pois nele os pais também atuam na perspectiva da formação do corpo e da alma da criança. Essa formação se estende para a capacidade de deslocamento de um indivíduo, dentro e fora do seu território, que pode ser identificada a partir da inserção do sujeito nos processos de migração em busca de investimento em formação e troca de experiência, cuja condição consiste num custo psicológico e material de instalação do sujeito fora do local de origem. Isso requer do sujeito a capacidade de tomar decisões acerca da sua formação. Além da sua capacidade comportamental de inovação, requer um conjunto de investimentos feitos no próprio sujeito. Esses são os elementos propostos pelos neoliberais para a constituição do capital humano (FOUCAULT, 2008).

No entendimento dos neoliberais sobre a formação do capital humano, a mãe assume uma função destacada, pois o tempo dedicado ao filho soma para a sua formação, uma vez que reflete em cuidados. Entretanto, a questão principal não consiste tão somente em passar tempo com a criança oferecendo cuidados, mas na qualidade dos cuidados que serão oferecidos aos filhos. Como o capital humano circula na órbita da formação da conduta, o afeto oferecido à criança é destacado, além do acompanhamento do seu desenvolvimento humano. O investimento em capital humano consiste em sua educação, não só no progresso escolar, mas também físico. Todos esses momentos são considerados pelos neoliberais como investimentos em capital humano, que produzirá um salário que receberá quando adulto inserido no mercado de trabalho. Enquanto a mãe receberá uma recompensa psíquica, que consiste na satisfação de saber que seus cuidados deram frutos (FOUCAULT, 2008).

É importante destacar que as ações sugeridas pelos neoliberais estão centradas no sujeito, enquanto indivíduo que recebe investimentos dos pais no

primeiro momento, e, no segundo momento, ele passa a ser seu próprio empresário, quando passa agir de forma a constituir-se em sujeito que procura investir em si mesmo.

Contudo, as condições de formação do capital humano não são idênticas para as famílias ricas e para as famílias pobres. As famílias ricas, com capital humano elevado, e que sabem que o ingresso é elevado, são menos numerosas. Essa família não visa transmitir uma herança no sentido clássico, mas um capital humano; se a família for grande, o investimento em capital humano encontrará dificuldades, pois requererá mais recursos financeiros a serem investidos, pois a análise ocorre em termos econômicos. Nas famílias pobres, mais numerosas em termos de filhos, o desejo de ingresso não se faz na perspectiva da racionalidade da empresa e o custo de investimento se torna alto dificultando sobremaneira sua inserção no processo de constituição do capital humano competitivo. (FOUCAULT, 2008).

A maneira de governar por meio da economia se estende à vida. Nesse caso, a criminalidade, segundo os neoliberais, também se aplica à dimensão de mercado para sua análise. Isso sugere a criação de uma lógica da racionalidade econômica para pensar o crime, o que envolve o estudo do custo da delinquência, aplicando um cálculo da sua utilidade (FOUCAULT, 2008). Como a análise da criminalidade, para os neoliberais, incide a formação de uma conduta, de um comportamento, é possível pensá-la em termos econômicos.

E isso também significa que se o indivíduo vai chegar a ser governamentalizado, se vai poder ter influxo sobre ele, será na medida e somente na medida em que é *homo oeconomicus*. O *homo oeconomicus* é a interface do governo e o indivíduo. E isto não quer dizer em absoluto que todo o indivíduo, todo o sujeito, seja um homem econômico. (FOUCAULT, 2008, p. 292).

O cálculo da utilidade das ações sobre a criminalidade passa a ser norteado pela possibilidade de conversão da conduta do sujeito. Existem sujeitos governáveis e sujeitos que não são governáveis. Sujeitos econômicos e sujeitos não econômicos. Diante desse binarismo,

A política penal tem como princípio regulador uma mera intervenção no mercado do crime e com respeito à oferta de crime. É uma intervenção que limitará essa oferta, e somente o fará mediante uma demanda negativa cujo custo, desde logo, jamais deverá superar o custo da criminalidade cuja oferta se procura reduzir. (FOUCAULT, 2008, p.297).

Na sociedade pensada em termos de custos, tendo como parâmetro os custos econômicos das ações do Estado, o que se pretende promover e garantir não são as vidas dos sujeitos, enquanto direito de viver, mas sim agir de forma a regular as vidas e os desejos dos sujeitos. Por isso, “[...] uma boa política penal não aponta de nenhum modo uma extinção do crime, senão um equilíbrio entre a curva de oferta do crime e a demanda negativa [...] A sociedade não tem nenhuma necessidade de obedecer a um sistema disciplinar exaustivo (FOUCAULT, 2008, p. 298).

O modelo do *homo oeconomicus*, proposto pelos neoliberais tem uma dimensão generalizante e pretende atingir todas as formas de comportamento humano. Por meio de técnicas comportamentais, esse modelo visa sua implantação no corpo social. O que foi considerado por Foucault como

[...] uma tentativa de análise economicista de uma série de objetos, de âmbitos de comportamentos ou de condutas, que não eram comportamentos ou condutas de mercado: o intento, por exemplo, de aplicar as análises economicistas ao matrimônio, à educação dos filhos, à criminalidade. (2008, p.306).

Todavia, esse modelo tem validade para ser estendido a todos os momentos da vida social, inclusive aquele relativo às dimensões da vida afetiva dos sujeitos? Ele serve para os sujeitos que tenham suas condutas sistematicamente suscetíveis a modificações. “O *homo oeconomicus* é quem aceita a realidade a ele apresentada e torna-se suscetível às mudanças desejadas a sua conduta. É racional toda *conduta* que seja sensível a modificações das variáveis do meio e que responda a elas de maneira não aleatória e, portanto, sistemática; a conduta poderá definir-se então como a ciência da sistematicidade das respostas às variáveis do meio” (FOUCAULT, 2008, p.308).

O comportamento do sujeito é entendido como possível de ajustar-se a novas situações, portanto, possuindo esta característica, ele pode ser considerado econômico em si. Por conseguinte, “o *homo oeconomicus* é um homem eminentemente governável” (FOUCAULT, 2008, p.310). Agregando duas características básicas que são as relativas ao sujeito de interesse e sua mecânica egoísta. Essa peculiaridade do sujeito econômico o faz individualista na constituição da sua conduta e, por consequência, na sua ação. Na constituição porque buscará constituir-se enquanto sujeito da concorrência; na ação porque pode tomar o si, do sujeito da concorrência, como referência no processo de superação do outro sujeito com quem estabelece a disputa. Essa

característica do *homo oeconomicus* o predispõe para ações em que o coletivo não deve orientar sua conduta (FOUCAULT, 2008). Além do mais, segundo Foucault, na perspectiva dos neoliberais, “o governo não pode apresentar obstáculos aos interesses egoístas dos indivíduos” (208, p.323), pois “a economia é uma disciplina atea” (FOUCAULT, 2008, p.325). O sujeito econômico que é também sujeito de interesse age no sentido individualista, por isso acredita apenas em si e em suas atuações estratégicas nas relações sociais e no mercado.

A economia é uma ciência relacionada à arte de governar. É preciso governar com a economia, é preciso governar junto aos economistas, é preciso escutá-los para governar, porém a economia não deve ser a racionalidade governamental; não é questão de que não seja, nem é possível (FOUCAULT, 2008, p.330).

A economia tem seu grau de relevância para pensar a vida em sociedade, porém nem todas as dimensões da vida e das decisões públicas, a meu ver, podem seguir de maneira inflexível a orientação de mercado segundo a dimensão do pensamento neoliberal abordado por Michel Foucault.

Nessa condição, de uma formação menos orientada para a concorrência entre os indivíduos, pensa-se na possibilidade de que a escola possa servir como espaço de estímulos das criatividade dos sujeitos, criando condições para que os alunos possam expressar seus desejos de forma mais espontânea, sendo menos conduzidos pelas estratégias e táticas de formação do sujeito orientado, sobretudo, pelo critério da utilidade de mercado. Ou, de outro modo, reconhecendo que seus desejos e suas vontades não são naturais, pelo contrário, são constituídas na relação de tensão com as demandas do mercado, por meio de estratégias sutis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito da ideia neoliberal de atrelar a formação capital do humano à preparação do sujeito para o mercado, caberia um exercício no sentido de pensar o processo educacional e de formação do capital humano promovendo uma ação de deslocamento e de descentramento da ideia pragmática dos neoliberais que viam a conduta do sujeito canalizada para a concorrência. Esse esforço pretende construir um pensamento em que a educação poderia ganhar uma centralidade tendo como referência um novo sujeito de interesse. Levando em consideração as subjetividades dos sujeitos e suas escolhas diante da

sociedade e do modo de vida que pretende seguir. Buscando, sobretudo, repensar o critério de utilidade do sujeito e sua possível relação com mercado.

Entretanto essa perspectiva, da não centralidade na perspectiva da utilidade de mercado, encontra dificuldades, pois os investimentos em educação passam a ser considerados gastos quando não são constituídos na perspectiva de resultados que podem ser aplicados na sociedade de forma a “resolver” um problema.

Mas a dimensão da formação do capital humano orientada na perspectiva do sujeito de interesse, sobretudo, egoísta, instrumentaliza, instrui o indivíduo para ações vinculadas às guerras constantes nas suas relações sociais. Esse indivíduo vai sendo capacitado, quase sempre, para agir no sentido da eliminação dos seus concorrentes. Passando a desenvolver o sentimento de vigilância e competição constantes para não ser submetido pelos concorrentes. A sociedade de concorrência, ao que tudo indica, desperta a atitude social mais competitiva, dissolvendo mais as relações sociais do que agregando os sujeitos, promovendo ou estimulando a criação do sentimento de hostilidade entre esses sujeitos.

A dinâmica empresarial está relacionada aos procedimentos estratégicos que lhes prepara para a concorrência e, sobretudo, para a suplantação dos concorrentes. Essa dinâmica empregada na educação dos jovens desde sua tenra idade pode instruí-los para o desenvolvimento de um tipo de conduta pouco receptível ao respeito pela vida, seja a do concorrente, seja a da natureza. Daí a preocupação com um projeto de educação que possa apresentar uma relação de equilíbrio entre a formação para o mercado de trabalho e a formação que leva em consideração outros aspectos da vida como os relativos à formação de outros desejos do sujeito, descentrando ou deslocando do critério pautado na utilidade imposta pelo mercado.

Porém, essa condição encontra-se numa forte e intensa tensão entre a formação dos sujeitos e as necessidades de mercado. Essa situação se apresenta como uma nuvem que se impõe ao olhar, causando turvações aos entendimentos que pretendem atuar ou inventar outras possibilidades de formação escolar dos sujeitos. Essa tentativa de inventar outras possibilidades não representa a anulação da formação com vistas ao mercado, mas atua no sentido de se opor ao *exclusivismo* do mercado, à sujeição *totalizante* ao mercado e, quem sabe, a *soberania* do mercado que age no sentido de estender seu critério de utilidade para amplos aspectos da vida dos sujeitos, mais intensamente na atualidade definindo quem deve morrer e quem deve viver, a

partir do critério de utilidade, pois até em certos casos de mortes cogita-se estabelecer certas penas ao criminoso pelo tempo útil de vida do morto.

REFERÊNCIAS

CALIFORNIA-BRAZIL BUSINESS AND EDUCATION CONSORTIUM PROGRAM. Disponível em: http://www.cesf.br/arquivos/programa_brasilxusa2008.pdf. Acesso em: 24 de nov. de 2008.

EXAME DE SELEÇÃO 2009/1. Escola Técnica UFRGS. Disponível em: <http://www.escolatecnica.ufrgs.br>. Acesso em 24 de nov. de 2008.

FÁBRICA DE MAUS PROFESSORES. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/261108/entrevista.shtml>. Acesso em 14 de jan. de 2009.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: http://www.fiergs.com.br/noticia_busca_fiergs.asp?idSecao=198&idCategoria=196. Acesso em 21 de nov. de 08.

FIERGS. Programa Consultoria para Educação de Qualidade. Disponível em: www.fiergs.com.br/noticia_aberta_fiergs_impresao.asp?idnoticia=4673. Acesso em 24 de nov. de 2008).

FOUCAULT, Michel. **Nacimiento de la biopolítica:** curso en el Collège de France: 1978-1979 – 1ª ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade:** curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault. Uma trajetória filosófica.** Para além do estruturalismo e da hermenêutica, Rio de Janeiro: Forense universitária, 1995, p. 231-249.

LARROSA BONDÍA, Jorge. Tecnologías del yo e educación (notas *sobre* la construcción e la mediación pedagógica de la experiencia de si) In: **Escuela, poder y subjetivación.** Madrid: La Piqueta, 1995. 366 p.

MAIS DE 300 MIL FAMÍLIAS INCLUÍDAS EM MAIO.
<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/noticias/mais-de-300-mil-familias-incluidas>. Acesso em 19 de maio de 2009

O QUE OS PAIS PROCURAM NA HORA DE ESCOLHER A ESCOLA.
Disponível em: http://www.sinepe-rs.org.br/core.php?snippet=central_conhecimento_revista&id=734&idPai=733&idEdicao=1675. Acesso em 14 de jan. de 2009.

OBJETIVO DO ENEM. Disponível em: <http://www.enem.inep.gov.br>. Acesso em 25 de nov. de 2008.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO ESTADUAL. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/LegisComp/Arquivos/Lei%20n%C2%BA%2011.126.pdf>. Acesso em 24 de nov. de 2008.

SENELLART, Michel. A crítica da razão governamental em Foucault. **Tempo Social**. Rev. Social. USP, S. Paulo. 7 (1-2): 1-14, out. de 1995. Disponível em: www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial_2/mostraArtigo.php?id=90 - 20k. Acesso em 13 de out. de 2008.

SESI-RS APRESENTA PROGRAMA PARA DEPARTAMENTOS REGIONAIS. Disponível em: http://www.fiergs.com.br/noticia_aberta_fiergs_impresao.asp?idnoticia=467. Acesso em 25 de nov. de 2008.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão e governamentalidade. **Educação & Sociedade**, v.28, n.100, out. 2007. p 947-963.